

M/DT/	795
14T - 14'	
ለለነ	00FM 128
נטט	40

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 10/07/2017	Medida Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017												
	Aut Deputado		Nº do Prontuário										
1 Supressiva	2Substitutiva	3X Modificativa	4Aditiva	5.	_Substitutivo Global	 							
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso		Alínea	CD/171							
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO													

Dê-se nova redação ao inciso IV do art. 5°-C da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com redação dada pela Medida Provisória nº 785/2017:

Art.	50	C																							
ΔI L.	J -	···	• • •	• • •	• • •	• • •	• •	• •	• •	• •	••	•	• •	• •	•	• •	•	• •	•	• •	•	• •	٠	• •	•

IV – período de carência de 18 (dezoito) meses para o início da fase de amortização da dívida, nos termos de regulamento, e prazo de três vezes o período financiado acrescido de 12 meses para amortização do total financiado.

JUSTIFICAÇÃO

A MP não pode restringir a possibilidade de que estudantes, notadamente mais pobres, acessem o financiamento estudantil, dimensão fundamental para o êxito do acesso e sucesso de medidas de democratização do acesso à educação superior.

Tampouco é recomendável que os estudantes não disponham de um tempo razoável para que possam se planejar e organizar suas finanças e de sua família. Por tal, razão nos parece razoável a dilatação de prazos de financiamento.

Devemos, ao máximo, preservar a dimensão de Política Educacional e frear encargos adicionais a estudantes que mais precisam da ação do Poder Público para viabilizar oportunidades educacionais.

Do contrário, o Governo estará restringindo, adicionalmente, a possibilidade efetiva de que estudantes mais pobres tenham objetivas condições de acesso à educação superior e, portanto, é necessário que garantias sejam oferecidas por aqueles que melhor tenham condições.

PARLAMENTAR

Dep. Pedro Uczai PT-SC Dep. Ságuas Moraes PT- MT

Dep. Angelim PT- AC

Dep. Leo de Brito PT- AC

Dep. Maria do Rosário PT- RS